

Centro de Estudos Bahianos

AFFONSO RUY

ESTADISTAS BAHIANOS
DO IMPÉRIO

Publicação

SALVADOR - BAHIA

II

14 de Novembro, 951

ESTADISTAS BAIANOS DO IMPERIO

Affonso Ruy

Veio do Reino e se arraigou no Brasil imperial o salutar e prudente costume de não se confiar posições políticas senão aos que comprovassem a sua habilitação, o seu valor e dotes de inteligência para a administração, após um verdadeiro noviciado no cenário provincial, onde, por ser mais ferrenho o adversário, mais extremadas as paixões e mais encarniçadas as lutas, se aquilatavam as possibilidades do orador, a combatividade do polemista, ou se demonstravam qualidades de lutador que não temesse o inimigo, não desanimasse na derrota nem se envaidecesse com a vitória. Criaram-se nessa escola de sã política os estadistas baianos que encheram toda a era monárquica, sem abastardar os ideais que os levavam ao poder, sem transigir em troca de benefícios e favores pessoais. Por isso mesmo, na sua quase totalidade, desciam dos altos postos, cheios de honrarias, glorificados pelos serviços prestados à nação, mas empobrecidos, porque servir ao país era considerado um dever que não pressupunha vantagens econômicas nem tornava os cargos fontes de enriquecimento ilícito. De qualquer maneira, eram cavalheiros armados para a luta, pelo saber, pela coragem, pela habilitação. Nesse passo ninguém pôde arrancar à Bahia o galardão. Esse primado coube aos seus filhos desde o primeiro momento do império, comprovado quando José Joaquim Carneiro de Campos, então ministro dos estrangeiros do primeiro ministério, em 8 dias, desincumbiu-se da espinhosa missão de rever e reformar o projeto da constituição outorgada por Pedro I em 25 de março de 1824, trabalho

9218142
S 1329
22.246
ex. 4
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DE ECONOMIA
E FINANÇAS

em que evidenciou cultura e qualidades excepcionais de constituição, obra tão perfeita e segura que não sofreu jamais, por toda a era imperial, reforma ou alteração. **Façanha semelhante, em tarefa idêntica, só foi repetida, 68 anos depois, por outro baiano, Ruy Barbosa, apresentando, de sua autoria, todo o ante projeto da constituição republicana, promulgada em 91.**

Se nos propuséssemos de relacionar os grandes servidores do país, vindos da Bahia, não seria fácil tarefa uma revisão conscienciosa, num estudo de limitada amplitude como o presente, sem registrar, com o devido destaque, a atuação de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida), doublé de político e diplomata, senador em 40 e grande do império, com o Marquesado, em 1854; a lealdosa colaboração do Barão de Muritiba (Mannuel Vieira Tosta), o fiel amigo do trono, com serviços de inestimável préstimo na administração da causa pública, ou o rigoroso senso econômico do Visconde de Caravelas (Mannuel Alves Branco), ou a eloquência do primeiro Nabuco (Cons. José Ferraz Nabuco de Sousa), o parlamentar excelsso, todos com uma fé de serviços de relevância que os tornara, a todos, credores do reconhecimento da nação. Não é esse o nosso intento, mas lembrar, entre tantos, apanhados aqui e ali, figuras que, por sua atuação, tiveram os seus nomes vinculados a acontecimentos integrados à história pátria.

Poderemos tomar como ponto de partida ou início de fixação da influência da Bahia nos destinos políticos do Brasil, a presença do 1.º Caravelas no Conselho Imperial, porque, daí por diante, em todos os momentos cruciais da vida nacional, a sombra de um estadista baiano se projeta, com marcante ascendência. Foi assim nesse acidentado primeiro reinado e o será na ebulição revolucionária da regência, de onde avulta a figura singular de Antônio Ferreira França, a quem se deve o primeiro movimento de liberação do nascturno da mulher escrava, com a sustentação da tese de que "o ventre não transmite a escravidão" (projeto de 8 de julho de 1833), e a proposta de um projeto de lei, justificado em plenário, em 1835 entre apodos e ameaças, para proclamar-se a república, com a destituição da família imperial. Tal atitude nos faz lembrar, em outro lanço de nossa história, outro baiano, Cipriano José Barata de Almeida, figura lendária de jacobina, a desafrontar, sozi-

nho, o brio dos brasileiros nas Córtes de Lisboa, em 1821. Há, dessa época, um estadista de notável valor, que não foi até hoje devidamente estudado: o Cons. Joaquim Marcelino de Brito, a quem se deve a primeira reforma nacional do ensino e o primeiro movimento social em prol do negro, com a apresentação de uma memória, ao Regente Feijó, para serem reenviados às plagas africanas, e em especial para a Libéria, os negros forros ou aprendidos como carga dos navios negreiros.

Apesar do êxito que coroou o exercício das funções políticas de âmbito nacional, a justiça era sua grande e absorvente paixão Magistrado austero, fazendo da profissão um apostolado, não negou a sua colaboração ao poder executivo, quando a Regência a reclamou. É certo que recusou uma pasta no ministério de 33, mas aquiesceu em presidir Pernambuco e, pouco depois, a terra natal. Só em 1846, por injunções partidárias, aceitou o ministério da Fazenda. Não se demorou nesses altos postos: déles, desencantado, se afastou. Voltou para o poder judiciário, afirmando ser a função social do juiz o ponto máximo do seu mister. Retomou as vestes talares, instalou na Bahia, o Tribunal do Comércio, atingindo, por fim, o Supremo Tribunal. Morreu em 1879, como juiz íntegro, sem bens de fortuna, tão pobre que, segundo depõe, seu médico assistente, Dr. Melo Morais Pai, ao seu dormitório faltava um guarda roupa ou mesmo uma cômoda onde guardasse a sobrecasaca, estendida, como todas as suas roupas, numa corda. Deixava, entretanto, à companhia de 55 anos, com uma pobreza enobrecedora, a segurança de que o arminho de sua toga jamais se enodoara.

Fêz-se silêncio em volta do seu nome: os pósteros, criminosamente, o esqueceram; deveria o poder judiciário dar a esse homem eminente o patronato da classe dos que vivem da justiça pela justiça, porque essa vida de probidade, de renúncia e sacrifícios, bem merece ser considerada um símbolo.

* * *

Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço) foi outra figura que, com reputação firmada, deixou a Bahia pela Côte.

Na Câmara, onde estreou em 1834, revelou-se orador eloquente, combativo, firmando-se pela sua attitude desassombrada e pelo seu destemor. Surgindo na Regência, o seu próximo e sua lealdade postos a serviço dos negócios do império, lhe assegurava destacado lugar no segundo reinado. Iniciando, em 1833, a vida pública como magistrado, coube-lhe, como chefe de polícia, sufocar, com medidas drásticas, o levante africano de 1835 e, ainda nesse cargo, exercido pela segunda vez, superintendeu, em 1837 as primeiras medidas repressivas contra os revolucionários de Sabino Vieira.

Retornando à Câmara Geral em 38, nela se manteve até 52. dali se afastando para presidir a Bahia, nos períodos 1848-1852 e 1868-1871, e fê-lo com tal acerto e competência que ficou considerado o melhor governante em todo o ciclo imperial, a êle se devendo o saneamento da baixada que vinha da horta de S. Bento às Sete Portas, com a canalização dos ribeiros que, desde o século XVI, alimentavam o grande charco ligado ao dique pelos holandeses, para defesa da cidade.

Em 1848, no Ministério de "aguas" organizado pelo Visconde de Itaborahy, Gonçalves Martins teve a pasta do império, podendo, nessa situação, incrementar a navegação fluvial e ferroviária projetando e pondo em execução o plano de navegação, a vapor, do S. Francisco. Tinha attitudes definidas, assumindo a responsabilidade dos atos praticados, alguns dos quais considerados audaciosos, mas com resultados sempre coroados de êxito.

A sua vida foi toda ela uma trepidante luta: no parlamento, jamais deixou sem resposta uma interpelação, nem admitiu se fizessem alusões a um colega ausente, sem externar a sua repulsa ao orador. Os seus discursos tinham efeitos fulminantes para o adversário: como exemplo illustrativo basta lembrar o episódio verificado em 1871 --, no Senado, quando desavieram-se Zacarias, Cotegipe e Muniz Ferraz, corifeus da politica nacional. Acusado por um colega pernambucano de não pôr cõbro ao dissídio entre tão respeitáveis figuras sujeitas à sua chefia partidária na Bahia, respondeu-lhe Gonçalves Martins: "Excelência, eu crio águas que, emplumadas, harem vôo, mas V. Excia. cria perus que não saem da roda que se lhes traça". E o Senador pernambucano calou-se, sentindo, como um acicate, as risadas discretas dos seus respeitáveis colegas. Era assim, Gonçalves

Martins, o animador, senão o criador da navegação do Rio de S. Francisco.

A maioria, que foi ainda uma demonstração revolucionária dos liberais, num golpe que violentou a própria constituição, não serrou de pronto, como era de esperar, a vida nacional. Aquêles quatro lustros passados, desde a Independência, entre pronunciamentos de quartéis e agitações politicas criaram um ambiente de insegurança, abalando o crédito do país e paralisando as suas fontes de riqueza. O Brasil estava exausto dessa luta sáfara. Impunha-se uma quietação construtiva que pudesse coligar elementos dispersos pelo antagonismo dos partidos ou afastados dos principios dispares, mas com qualidades pessoais capazes de contribuir efficientemente para a consolidação do império.

Era uma politica de conciliação, uma tregua à luta, uma suspensão das actividades partidárias, que, em 1844, na Câmara, já a clarividência do primeiro Rio Branco admitia. Não era fácil tarefa num periodo em que mais aggressivos eram os adversários e, consequentemente, mais aceras as paixões. A necessidade desse entendimento entre os responsáveis pelos destinos do país tornava-se cada vez mais premente, porque se considerava como salvadora. Possivelmente a consecução desse plano, aceito com discreto agrado pelo imperador, sempre preoccupado em manter-se equidistante dos partidos, verificou-se em São Cristóvão, uma vez que o palácio imperial assemblhava-se a um campo neutro, acolhendo politicos de todos os credos ali "recebidos sempre com deferência mas sem preferências". Só em 1853 se formou o preconizado ministério contilatório entregue a Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná. Composto de elementos buscados na ala moça do parlamento e das forças armadas, a sua organização, muito embora recebida com simpatias gerais, deu lugar a preocupações e receios de fracasso, em vista da inexperiência daqueles ministros elevados pela primeira vez a tão altas funções e na idade em que as paixões são mais violentas, porquanto Hermeto Leão, o mais velho, não obstante ser considerado o maior nome da politica nacional, atingira os 50 anos e José Maria da Silva Paranhos, o mais moço, chegara aos 34.

O ministério cumpriu a sua missão: na longa trajetória de sua vida governamental, componentes desde a primeira hora, figuraram Maurício Wanderley e Paranhos, buscados na bancada da Bahia, mal conhecidos, arrancados da agitação crescente e impetuosa do primeiro decênio da maioridade, revelando ambos a alta escola de rígidos princípios em que foram educados. Daí por diante a fulguração desses dois espíritos de classe não mais diminuiu, sendo Paranhos, Visconde do Rio Branco, sem nenhum favor, a figura mais proeminente entre os estadistas brasileiros.

Em 1859 Rio Branco ainda era ministro, com Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu) na presidência; no governo viu armar-se a coalisão que consolidara o prestígio do trono, reestruturaram-se os dois partidos e, em 62, assistiu à defeção de Nabuco, Zacarias e Saraiva, para as hostes liberais.

O ministério de Caxias fôra um fracasso: não só acceitara o fim da trégua política como afastara velhos chefes conservadores, desencadeando a oposição.

Apeados do poder com a vitória dos liberais, esse período de ostracismo não mareou a reputação alcançada por Paranhos e Wanderley em seis anos de governo. Quando retornaram aos galárgios do paço, a situação internacional achava-se conturbada pelos choques armados dos partidos do Uruguai, que inquietavam o imperador, dados os múltiplos interesses brasileiros ameaçados. Montevideu tornara-se o ponto convergente de *blancos* e *colorados*, que iam acendendo por todo o país focos de rebelião que poderiam enredar as nações confinantes. Ao campo dessas atividades bélicas foi enviado Rio Branco, em 1865, intervindo, em nome do equilíbrio continental, em favor de Flores, sem comprometer a respeitabilidade do Império, nem enfraquecer os laços de boa vizinhança tão ameaçados pelo astucioso Aguirre, aliado do Paraguai, já em francos preparativos de guerra contra o Brasil.

A escolha dos homens de estado do império para missões diplomáticas no sul do continente tinha significado muito maior que a dos embaixadores para as capitais europeias. Valia tais nomeações por uma prova de capacidade reconhecida pelo governo e alta demonstração do mérito dos convidados pela confiança que o império lhes depositava. Essa preocupação nacional de aferir os seus

valores nas irrequietas repúblicas sulcontinentais, foi aprendida por Mitre e expressa pelo seu jornal *Nacion*, da seguinte forma: "O Rio da Prata é o campo de ação e a pedra de toque dos políticos brasileiros. Nêle formam a sua reputação ou as comprometem, podendo dizer-se que não receberam o selo definitivo que os consagra até passarem por essa prova".

Os esforços de Cotegipe e Rio Branco levaram de vencida as dificuldades quase insuperáveis do Prata, removidas, tôdas elas, com muita inteligência. Era que, após o episódio militar encerrado com o aniquilamento de Lopez, uma luta mais intensa se veio a travar: a guerra branca das chancelarias, em favor da paz. A Rio Branco, e depois a Cotegipe que o substituiu nessa delicada missão, cabia conservar a hegemonia internacional do império, manter, sem susceptibilizar os aliados da véspera, a supremacia militar do Brasil na América, neutralizar, quanto possível, a influência da França e da Inglaterra, que não cessaram de manifestar as suas simpatias pelo Paraguai durante o conflito, e assegurar ao vencido não só a imediata reorganização administrativa que lhe salvasse a soberania, mas a preservação dos territórios do Chaco e das Missões ameaçados de desmembramento e anexação por parte da Argentina. Atingir, como atingiram, esses objetivos, sem rompimento da aliança nem choque de armas, mas num ambiente de respeito e de compreensão, foi sem dúvida a maior vitória dos que prepararam com fortes alianças a paz americana nunca mais perturbada.

A última página do drama paraguaio cobriu Cotegipe de glória: chegara a sua vez. A ação diplomática de Paranhos, mudando a face política do Uruguai, até então contra os nossos interesses, fôra ultrapassada pelo golpe de Maurício Wanderley, opondo-se a que, com a paz em separado da Argentina, fôsse por esta despojado o vencido sem provocar com tal atitude o rompimento de relações.

Não se encerraram com esse ministério a carreira vitoriosa dos ilustre baianos. Cotegipe voltou ao poder em 75, com Caxias, e, ainda em 1885, reapareceu com o ministério que presidiu até março de 88, vindo combater no senado, como em outros passos, a idéia da emancipação total que julgava prematura e nociva à economia nacional. Pela sua atitude desassomburada, foi acusado de che-

fiar os escravagistas e advogar a causa dos senhores de engenho, de cujo número fazia parte como agricultor, no recôncavo da Bahia. Fêz-se surdo às acusações, mantendo-se intransigente no seu ponto de vista, coerente até o fim. Fleugmático como um inglês, discutia imperturbável, com admirável poder de síntese as questões mais delicadas, amenizando as mais difíceis passagens com uma frase de bom humor e um sorriso zombeteiro. Esse aspecto se transmutava quando queria liquidar o adversário, revelando-se o lutador irreduzível e veemente e o estadista de larga visão, sabendo dizer e fazer o que queria.

Não viu cumprido o vaticínio da queda do trono cujos alicerces a lei redentora do negro solapara; falecia em 10 de março de 1889, oito meses antes da república, com uma inestimável folha de serviços prestados à pátria.

Paranhos da Silva, Visconde do Rio Branco, antecederá, na morte, ao seu companheiro de partido. Morrerá à frente do Ministério de 71, — o glorioso ministério, — em 25 de junho de 1875. A nação chorou-lhe o desaparecimento, elevando-o à imortalidade: para isso não foram levadas em conta as qualidades do diplomata e do político mas tão somente a sua atuação na dramática campanha, onde, sem transigir nem recuar, pôde proclamar livre os nascituros de mulher escrava. Joaquim Nabuco considerou-o a mais lúcida consciência monárquica do segundo império; eram justas essas palavras, porque disso dera sobejas provas em toda a sua vida.

* * *

Outra figura baiana de merecido destaque pela sua larga cultura, dotes de inteligência e tino administrativo dos mais apurados, foi Angelo Muniz da Silva Ferraz, o maior orador de seu tempo. Na Câmara, fizera-se famoso; as suas qualidades como parlamentar influram, sobretudo, nos embates, dada a eloquência da frase, a lógica da argumentação e a segurança com que atacava o opositor, levando-o ao silêncio ou arastando-o ao descrédito. Com recursos insuperáveis, dominava a tribuna e nela se fazia, com justa razão, temido e respeitado.

8

As suas qualidades como parlamentar eram de tal valia que a sua oposição importava no descrédito do antagonista ou na queda de qualquer projeto. Em 1854, rompendo com o Visconde do Paraná, então no governo, passou, sózinho, a combater, com a sua temida capacidade de argumentação, o gabinete. Comentando a singular situação de Ferraz, um amigo do presidente de ministros, lhe dizia da inocuidade daquela voz discordante numa Câmara unânime, ao que retrucou, preocupado, Paraná: "O Ferraz é um só! Um só mas que vale por uma Câmara!"

Em 1859, foi elevado à presidência do ministério (1859-1861). Guardou para si, com a direção do Gabinete, a pasta da fazenda onde reagiu contra o inflacionismo, restringindo as emissões bancárias, fazendo votar a lei de 20 de agosto de 1860, que determinava a volta da circulação metálica que atenuou grandemente a crise de 64, bem assim a criação das caixas econômicas por elle planejadas nos seus mínimos detalhes. Trabalhador incansável, revelou-se no ministério, onde veio acumular a pasta da guerra, um meticoloso e dinâmico servidor. Ardente e impetuoso, a sua ação foi coarctada e sacrificada por Caxias que se não conformava em receber ordens e instruções de um civil, — diga-se de passagem, de talento muito acima do seu, — nem escondia o seu desapontamento com o papel secundário que lhe coube, como simples assistente do imperador, na renidência de Uruguaiana, onde se atribuiu ao ministro a glória do feito.

As suas qualidades de parlamentar poderam ser com facilidade resumidas por Fleiuss, quando afirmou: "Ferraz era, na tribuna, uma espécie de gladiador antigo, armado de réde que devia lançar sobre o adversário e do tridente com que procuraria atravessar-lhe a armadura."

"Ao contrário de Paraná, possuía vasta erudição e uma competência administrativa excepcional. Talvez de todos os homens de estado da monarquia tivesse sido o único apto para ocupar qualquer dos postos com a mesma proficiência e mesmo, se as circunstâncias o obrigassem a tanto, tódas a um só tempo".

A sua conduta como cidadão, a sua habilidade como político, o seu valor como intelectual, não sofreram jamais restrições: antes, amigos e inimigos faziam-lhe justiça, proclamando-lhe a

9

virtude de ser generoso com o vencido e leal com o adversário. Dêle, disse com sobriedade um biógrafo: "o seu elogio pode ser feito em meia dúzia de linhas: orador brilhantíssimo; político às vezes versátil, mas previdente, arrojado, de musculatura forte, administrador, sempre exemplar".

* * *

Se por um lado os graves acontecimentos que arrastaram a nação à luta armada conseguiram reduzir os embates partidários, por outra, essa aparente acalmia fermentava reformas e idéias que dariam lugar não só ao aceleração das leis abolicionistas como reclamariam as atividades republicanas através do manifesto de 71, recebido com pouca atenção pelo país, empolgado pela lei Rio Branco.

Já então surgira na Câmara, vindo da Bahia, desde o primeiro lustro da segunda metade do século, a última geração de estadistas da era imperial. Na primeira plana se assenta o Cons. Manuel Pinto de Sousa Dantas, inteligência viva, orador inegotável, "pronto no improviso, sagaz no debate" e que havia de chefiar o ministério liberal de 84 que galvanizaria o problema abolicionista, sob a fórmula de não retroceder, nem parar ou precipitar o grave problema social. Jornalista e magistrado, inclinado-se para a política, fez o seu apostolado na Bahia, militando no partido liberal, em cujas fileiras o foi buscar Muniz Ferraz, para lhe entregar, em 1859, a presidência da província de Alagoas e, em 65, o Marquês de Olinda o trouxe para a Bahia, de onde saiu para a Câmara em 1857 e onde ficou até 1868. A sua administração na terra natal, em plena guerra, foi toda ela dedicada à preparação e ao auxílio da sua província, criando o 1.º batalhão de voluntários. Voltou à Câmara em 66 e em 3 de agosto integrou o Gabinete Zaccarias, como ministro da agricultura, pôsto em que se manteve até 68, quando o seu partido foi derrotado nas urnas. Retornando à terra natal, dedicou-se à advocacia, sem abandonar o partido que reorganizou, engrossando-lhe as fileiras com uma coorte imensa de admiradores da sua afabilidade e do seu préstimo. Possuindo uma simpatia irradiante, foi o político mais popular da Bahia.

10

Em 78, o partido liberal derrotou os conservadores dirigidos por Cotegipe, reassumindo Dantas as suas atividades parlamentares. Logo elevado a Senador por decreto de 19 de outubro, e pouco depois à chefia geral do partido, até a queda do império. Em 1884, esse notável baiano era presidente do ministério; neste pôsto dirigiu a batalha parlamentar da emancipação dos sexagenários. Até então, infenso à libertação do escravo, o movimento o envolven e, debalde, lutou para obter da Câmara a votação do projeto. Não resistiu ao embate e retirou-se em 85. Mas a semente germinaria: Saraiva, seu substituto, quebrando as últimas reações, obteve, pela segunda vez, para a Bahia, a glória de dar novo passo para a total reabilitação do negro do Brasil, perante o mundo.

O Cons. Dantas que, no início de sua carreira política, fôra um orador fluente, de largos recursos oratórios, amando a tribuna onde se revelara um combatente incansável, sabendo buscar efeitos que impressionavam os seus pares e arrebatavam as galerias, segundo um biógrafo, a partir de 85, alterou profundamente a sua dialética, com um estilo conciso e claro, usando "da palavra para dizer precisamente só aquilo que lhe convinha dizer". Eunápio Deiró, que, com acuidade, soube examinar, uma por uma, as grandes figuras do império, asseverou ter sido esse baiano o único "que, ainda moço, subiu a tôdas as elevações sociais e políticas; fez-se chefe absoluto e prestigioso do seu partido, exercendo intensa influência nos negócios do Estado". Faleceu em 1894, tendo sido inumado em um caixão de cedro de riquíssima confecção, trabalhado em Viena e vindo em 1888 com D. Pedro II, a quem se destinava, caso viesse a falecer o imperante sem atingir a costa brasileira, numa viva demonstração da previdência dos companheiros do velho monarca brasileiro.

José Antônio Saraiva era da geração do Cons. Dantas, mas só veio para a Câmara geral, em 1855. Fizera, entretanto, o noviciado político que lhe sagrara homem de governo, através da presidência das províncias do Piauí em 1850, de Alagoas em 53, de S. Paulo em 1854, e de Pernambuco saiu para o gabinete do Marquês de Olinda em 1857, como ministro da marinha. Hábil orador parlamentar de grande perspicácia, sabia valer-se das oportunidades que lhe assegurassem firmeza de situação, utilizando-se

11

de recursos ou fórmulas que o não incompatibilizassem com o eleito torado ou provocassem as iras do trono, o que lhe valeu ser classificado por Tavares Bastos de "ave de vôo curto, mas sabendo bem onde pousar".

Ainda não teve Saraiva quem, à luz da crítica histórica histórica, desse o merecido destaque à sua passagem pela alta esfera do império a que emprestou o melhor de sua inteligência e do seu inquestionável valor, revelados até mesmo nos momentos mais agudos das crises políticas de sua época. Ministro em 1857, 1861 e 1865, por outras duas vezes foi presidente do gabinete, em 1880 e 1885, desincumbindo-se de tão alta missão com rara habilidade e elogiosa circunspeção.

Desligado em 1862 do partido conservador, por desinteligência com Caxias, prestou aos liberais serviços de relevância, como de relevância foi a sua atuação nas repúblicas platinas, onde, em 1864, representou o país como seu plenipotenciário. Em múltiplos casos de assuntos regionais era ouvido pelos Conselhos de Ministros que lhe acatavam a opinião, dado o profundo conhecimento adquirido na sua peregrinação como presidente de muitas províncias. Coube ao seu ministério (1880-1882), aplicar a reforma eleitoral do Cons.º Ruy Barbosa, então deputado geral, conhecida por lei Saraiva, que instituiu o voto direto, reforma considerada como moralizadora das eleições, até então enquinadas de fraudulentas.

Ascendeu à Câmara vitalícia em 1867, representando à Bahia, mantendo atitude cautelosa, esquivou às responsabilidades dos postos de vanguarda. Tavares de Lira, estudando a política baiana no império, afirma ter sido Saraiva "o mais oportunista dos nossos estadistas; e depois que completou a sua evolução política do partido Conservador para o Liberal, dificilmente seria encontrado entre os que disputavam a primeira linha de combate. Aparecia, sim, para colher os louros da vitória". Jogar sempre na certa — deveria ser o seu lema na vida pública. Talvez, por isso, se recusasse, na tarde de 15 de novembro, a organizar novo gabinete que salvaria o trono, preferindo servir à república.

Nesse largo bosquejo dos valores baianos na monarquia, não foram citados Fernandes da Cunha, o maior orador parlamentar do fim do regime, fiel a seus princípios dinásticos, recusando com altivez, tal se fôra uma afronta, vantagens econômicas que a república lhe oferecia, e Ruy Barbosa, cuja atuação no Congresso revelara cultura, eloquência e combatividade só tardiamente aquilardadas pelo partido.

A intransigência de Ouro Preto, recusando incluir no programa do gabinete de 84 o problema da federação do País considerado pelo Cons. Ruy de relevância por envolver a própria unidade nacional, deu lugar a que o grande baiano declinasse do convite para a pasta do Império. Tornou franco atirador dentro do partido liberal de que se fizera voz dissonante, nada o demoveu dessa posição nem o convenceu de retornar ao diretório do partido do Cons. Dantas, que, para ele, já não representava a opinião do povo, recusando-se, talvez por isso mesmo, a presidir, em 1885, a província de Minas Gerais. Aquisceu em entrar na aventura republicana por julgá-la um movimento renovador da vida do país e, para vê-lo vitorioso deu o melhor de seu talento, o máximo de seu trabalho, com tal entusiasmo e convicção que não tardou em ser proclamado estadista da república. Não adquirira, entretanto, o ilustre baiano a rígida tempera de lutador, nem a capacidade de homem de estado na vigília da revolução branca de Deodoro da Fonseca para o govêrno provisório confessando lealmente não ter a convicção dos que agitaram o movimento, mas o amparou, aconselhando-o com experiência de chefe de govêrno, guiando-o com aquela sabedoria que o tornava sem par, com o objetivo de bem servir desinteressada e patrioticamente à pátria. Era, sobretudo, um político do império atirado por força de um grande ideal no campo republicano; trazia, para exemplo dos seus contemporâneos e da posteridade, qualidades excepcionais que não se alteraram jamais na adversidade, na oposição ou no poder. Tanta firmeza e dignidade adquirira no regime de liberalidade que Pedro II soube manter em todo o seu longo reinado, educando "gerações e gerações de homens de estado que souberam amar, conhecer e praticar a liberdade constitucional".

Para ressaltar a valiosa contribuição da Bahia ao império, basta registrar que, dos 219 ministros de Estado que serviram de 1822

a 1889, 42 eram baianos; eram homens que, pela sua cultura, sua atividade e trabalhos prestados ao país, passaram à posteridade como exemplos de tenacidade e de sacrifício pelo bem geral. Por tão celebrada fecundidade, teve a província mater da nacionalidade, brasileira o cognome de "ninho de estadistas do império", porque, em verdade, varões de elevados predicados morais, vindos da monarquia, sobrepondo às suas convicções pessoais o dever de servir à nação, não tergiversaram em atender ao chamamento da pátria em crise pelo despreparo dos que as circunstâncias guindaram ao poder, retomando o governo, suprimido com brilho do seu nome e a honestidade do seu passado, as qualidades negativas da inexpressiva e bisonha hoste republicana.

Dessa época, com o trono que ruira, dos políticos baianos militantes, apenas ficara Fernandes da Cunha. Estadista de velho estôfo, intransigente e leal, foi, possivelmente, o último monarquista baiano. Moreru com as suas convicções, afastado da política, isolado de qualquer atividade que importasse em colaboração com o novo estado de coisas que considerava uma traição ao imperador exilado, aquele que fôra o melhor "presidente da república do império do Brasil", como de uma feita, irreverentemente, o chamou o Marquês de Maricá.

